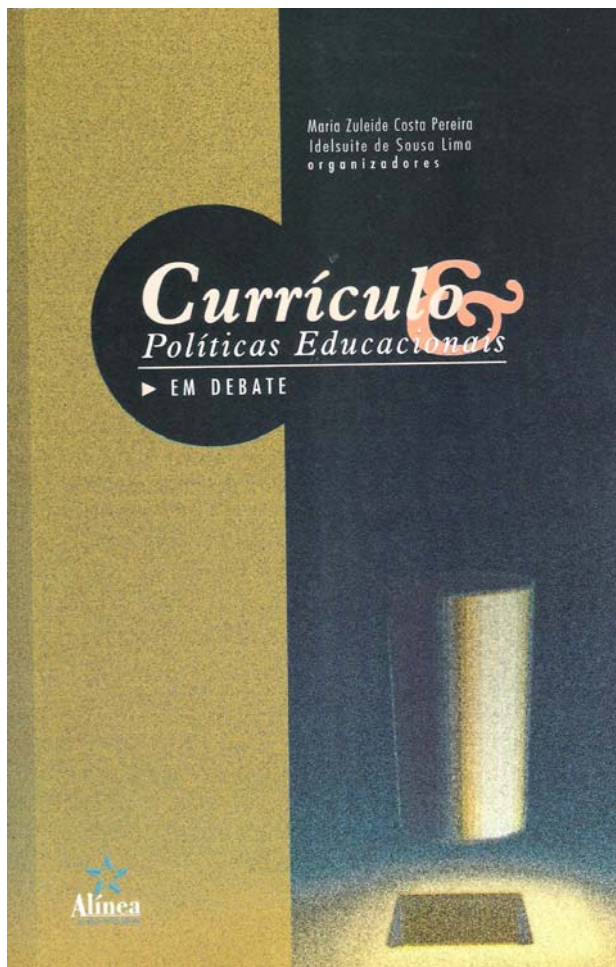


## RESENHA



PEREIRA, Maria Zuleide Costa. LIMA, Idelsuite de Sousa (orgs). **Currículo e Políticas Educacionais em Debate**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

Ângela Cristina Alves Albino<sup>1</sup>

O livro “Currículo e Políticas Educacionais em Debate” é uma organização de professoras, Maria Zuleide Costa Pereira e Idelsuite de Sousa Lima que já têm uma história de pesquisa no campo do currículo. Fazem parte do GEPPC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares da UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

Trata-se de uma obra densa, cujo objetivo é transitar pelas políticas educacionais que enfocam o currículo, suas formas de saber-poder e avaliação no contexto nacional e internacional. Os enfoques epistêmicos são diversos e, tornam a obra interessante, por proporcionar ao leitor acesso a uma construção híbrida de visão e tradição na pesquisa curricular.

O capítulo I traz um questionamento interessante do pesquisador americano Michael Apple que coloca as perspectivas críticas no movimento contra-hegemônico questionando as nossas formas de pensar e participar deles. O autor retoma ao discurso da crise na educação muito propalado nos últimos anos e destaca que o mais importante são os tipos de perguntas e respostas que tentamos dar a essa configuração, até porque a crise é real para os pobres e oprimidos.

A mercantilização é uma preocupação de Apple (2012) por perceber que cada vez mais modelos corporativos são introduzidos na educação. Nesse processo que ele chama de *modernização conservadora*, o sentido da democracia mais consistente se esvazia o que desmobiliza movimentos progressistas importantes no exercício contra hegemônico de redesenhar o movimento da escola.

No tópico “Globalização, Pós-colonialismo e educação” ele se refere a estes termos como “significantes Nebulosos” (p.25), por possuírem diversos significados. Com isso, lembra Wittgenstein para explicitar que linguagem pode ser utilizada para controlar, legitimar,

<sup>1</sup> Doutoranda da linha de Políticas Educacionais no PPGE – Programa de Pós Graduação em Educação – UFPB. Membro do GESPAUF – Grupo de Estudos Freireanos.

mobilizar entre muitas aplicações. Coloca como exemplo a linguagem do(s) pós Colonialismo como 'mote cerimonial' para os autores explicando que, assim eles vão parecer mais atualizados para seus leitores.

Em meio à "panóplia" do vocabulário pós-colonial Apple nos convida a pensar sobre a natureza política da história e dos nossos próprios interesses, com isso destaca algumas tarefas do educador crítico e traz Paulo Freire como um grande nome a ser lembrado diante do diálogo e da liderança de pensarmos e agirmos nos movimentos que classificamos como contra hegemônicos.

O capítulo II traz uma análise avaliativa da professora Maria Zuleide Costa Pereira sobre "O outro do currículo e os currículos outros". A autora destaca a importância do campo curricular no que diz respeito a organização do conhecimento escolar.

Ela traça um panorama das formas culturais de pensar o currículo no Brasil e reafirma as tensões que envolvem uma suposta "estabilidade" das questões curriculares. Para isso, recorre a Hall (2003), Bhabha (2006) para dialogar em torno da temática que se propõe.

A autora traz a diferença como signo complexo e importante para tentar entender como é formada a identidade cultural do "outro". Ela acredita que os fluxos culturais que desconstruem a fixidez com que o campo curricular foi pensado na modernidade vão torná-lo, em longo prazo, mais fluido no processo ambivalente e pluralizado.

Assim a autora declara sua opção por pensar o currículo como rede de significação discursiva por oportunizar ao 'outro' de se inserir sem ser excluído pelas estratégias pedagógicas que desconsideram a diferença elementar de cada ser. A autora recorre às análises de Laclau (2005) para explicitar que "toda totalização provoca uma exclusão". Utiliza uma fábula em que os bichos devem ter a mesma performance e passar pelo mesmo processo de avaliação para justificar o desrespeito às singularidades e habilidades de cada ser. O desejo de homogeneização é latente nas formas de definir o currículo para os 'outros'.

O capítulo III aborda as interdiscursividades políticas na construção do projeto político-pedagógico no olhar das autoras Ângela Albino, Samara Barbosa e Ilma Passos. A última já tem uma tradição no processo de reflexão de formulação curricular numa perspectiva de participação e envolvimento coletivo.

As autoras colocam como objetivo do texto avaliar o discurso sobre o processo de construção coletiva do projeto político-pedagógico por meio do discurso docente. Elencam algumas questões que consideram importantes sobre esse processo de avaliação docente do ppp, uma vez que elas estão no "chão da escola".

No decorrer do texto são evidenciados estudos em torno desse processo de elaboração curricular por meio das pesquisas das autoras e a opção das autoras por uma proposta mais emancipatória e edificante nesse processo de seleção. Para isso, traçam uma linha do tempo em torno das discussões que envolveram os discursos de participação e democracia. Tais enunciações políticas são referendadas por documentos que regulamentam a política educacional nacional.

Por fim, elas vão situar a potência de construir um currículo na perspectiva de um projeto que dê vida ao sentido da descentralização e democratização no processo de tomada de decisões, bem como na avaliação de como estão sendo planejadas as formas de fazer educação no interior das escolas.

No capítulo IV, Marlucy Alves Paraíso aborda a questão do “desempenho” dos estudantes como tecnologia de governo na feitura curricular. Com isso, nos lembra de que o desejo de homogeneização tornou-se um objetivo claro das políticas educacionais a ser alcançado nos últimos anos. Acredita que assim fica difícil “a diferença fazer os seus jogos”, embora ela faça de qualquer forma.

Ela traz experiências de políticas desenvolvidas em Belo Horizonte e se inspira teoricamente em Foucault para defender que a ideia de desempenho vem tornando-se uma tecnologia de governo que faz a lógica do universal funcionar nos currículos o que tem dificultado a visibilidade da diferença. O termo “desempenho” na visão da autora é utilizada para retornar com todos os universais em que, crianças e jovens são levados a pensarem sobre eles como problemas a corrigir.

Marlucy conclui que o currículo pode sempre alcançar e valer-se de muitas linguagens para salvar-se dos próprios limites que o asfixiam.

O pensamento de Paulo Freire nas políticas de currículo da Educação brasileira é o tema abordado no Capítulo V, por Ana Maria Saul e Eliete Santiago, ambas estudiosas do educador. O texto traz como objetivo apresentar o pensamento de Paulo Freire e sua relação na análise dos sistemas públicos de ensino a partir da década de 90 pela cátedra da PUC- SP.

As autoras trazem a importância de se pesquisar o pensamento de Paulo Freire e destacam o título de Patrono da Educação Brasileira ocorrido em 2012. Apresentam um pouco da trajetória de Freire pós-golpe militar

O trabalho da cátedra e sua relação com o pensamento de Freire é apresentado com a perspectiva de não dicotomizar ensino e pesquisa, teoria e prática, pois elas se interpenetram. São apresentadas as análises nas secretarias municipais, bem como a experiência do fórum Itinerante de Educação que ofereceu oportunidade de vez e voz no processo de decisão política nas escolas. Assim, reiteram a vivacidade do pensamento freireano no valor do coletivo e no diálogo construído em tais práticas.

A recorrência da terminologia “Educação para a cidadania” é conteúdo do capítulo VI escrito pela autora Angélica de Araújo Melo Maia. O foco de análise é colocar em pauta o discurso de cidadania nas orientações Educacionais complementares aos parâmetros Curriculares de Sociologia no Ensino Médio no Brasil.

A autora recorre a Milton Santos (1993) para defender que a cidadania nunca foi exercida de maneira abrangente, apesar de constar também na Constituição de 1998, atesta que ainda temos uma grande parcela da população vivendo nas formas mais brutas de exclusão. Com isso afunila sua discussão voltada para o Ensino de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. Finaliza depositando crença de que, a escola é um espaço importante para (re) pensar o conceito e a prática de cidadania, de reivindicação política de demandas particulares e construção de subjetividades cidadãs.

O capítulo VII é apresentado por Maria Inês Marcondes e Ana Cristina Prado de Oliveira. Elas trazem no artigo intitulado: “Novas políticas Curriculares da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro” alguns desafios para o coordenador pedagógico e para os professores das séries iniciais.

As autoras apresentam a definição de um currículo pautado na categoria da qualidade que se revela exclusivamente no desempenho de professores, alunos e instituições. Apontam certa negligência nos aspectos didático-pedagógicos no interior das escolas. Utilizam Ball (1994) como aporte teórico para analisar o processo de (re) interpretação das políticas no chão

da escola. Concluem que no processo de recontextualização de nova proposta educacional há aceitação e compromisso dos professores e coordenadores, apesar de entenderem que algumas avaliações e políticas são insuficientes para “medir” a qualidade na feitura pedagógica dos seus alunos.

A professora pesquisadora idelsuite de Sousa Lima traz no capítulo VIII “ A inter-relação curricular. Ela apresenta uma discussão do currículo em suas pesquisas buscando subverter a imaginada disjunção teoria-prática.

O texto apresenta uma pesquisa em que a autora se debruça sobre experiências vivenciadas em uma escola estadual do Ceará. Utiliza o aporte teórico-metodológico de Ball (1994, 1992) porque para ela permite compreender o imbricamento de produções produzidas na e para a escola.

A escola para autora, responde de maneiras diferentes às propostas de mudanças, o que permite espaços de reinterpretação. A vivência coletiva permite no processo de ‘políticaspráticaspolíticas’ marcas de uma heterogeneidade que pode contribuir para afirmação de muitas culturas em uma só instituição, bem como a possibilidade de inventividades e experimentação de emoções não amarradas na proposta de mudança verticalizada.

A construção de uma proposta curricular para o Ensino Fundamental de nove anos é o artigo que compõe o capítulo IX, escrito por Beatriz de Basto Teixeira, cujo objetivo é apontar alguns elementos de análise do processo de elaboração de uma proposta. Ela faz uma importante distinção entre “avaliação” e “análise” de políticas públicas explicitando que na avaliação é imputado um conjunto de procedimentos e técnicas na atribuição de uma causa efeito. Na “análise” das políticas há um caráter mais valorativo, uma vez que ainda se encontram em processo de formulação.

No processo da pesquisa a autora levanta muitos questionamentos a acerca da participação e do tempo do desenvolvimento da proposta, advertindo-nos para uma série de desafios que podemos enfrentar num formulação política curricular. Traz para finalizar temporariamente a análise algumas reflexões de Braslavski e Cosse (1997) acerca dos tempos necessários para que o desenvolvimento de uma política se dê de forma bem sucedida.

O capítulo X aborda as políticas de Currículo a Ações afirmativas, subintitulado por Cláudio Orlando Costa do Nascimento como “Rodas de saberes e formações customizadas”. Ele inicia seu artigo destacando a importância de tratarmos as políticas de currículo associadas às ações afirmativas.

O autor explica o que são rodas de formação e a destaca como tecnologia pedagógica que agrega ações de formação, acesso e permanência de políticas afirmativas e de extensão universitária. Apresenta “bricolagens” produzidas nessa experiência e refere-se a um posicionamento ontológico pós-alternativo e pós-marginal como possibilidade de percepção e alteração da realidade.

O texto XI traz uma análise rica e complexa de Antônio Flávio Barbosa Moreira acerca dos grupos de pesquisa em currículo no programas de pós-graduação no Brasil. Ele procura traçar um panorama que configura o campo de estudos curriculares e o processo de sua internacionalização.

O autor faz uma apresentação do movimento que recebe o título de internacionalização do campo do currículo. Questiona se há uma conversação democrática entre os especialistas que pesquisam as múltiplas formas de apresentação do currículo e se os

ensaios e autores “selecionados” para compor a obra da internacionalização do currículo representam de fato esse campo no Brasil e, até mesmo se o diálogo internacional favoreceu o mapeamento dos estudos curriculares.

Finaliza advertindo-nos para sobre as relações de autoridade e poder e a necessidade de se garantir a multiplicidade e o pluralismo do encontro entre perspectivas de análise do currículo como conflito claro e aberto de interesses, mas com capacidade democrática de resposta.

O tema Cidadania e Educação da Igualdade compõe o último capítulo escrito pela canadense Cláudia W. Ruitenberg. Ela faz uma análise do currículo em cidadania pelo viés filosófico que é sua especialidade e, para isso recorre a autores pós-marxistas.

A autora procurou se ocupar de como os pensadores escolhidos vão tratar da igualdade e cidadania política nos tempos atuais. Defende que a cidadania deve ser entendida não apenas no seu sentido jurídico-legal, mas no fortalecimento do aspecto político e democrático na educação cidadã. Destaca assim a importância diária de resistência dos sujeitos, mesmo que estes ainda não tenham recebido a cidadania formal (no caso dos estrangeiros).

Assim, parece que obra ensaja, por meio das contribuições de pesquisadores brasileiros e internacionais, abrir possibilidades de se pensar as políticas educacionais no campo curricular sob diversos enfoques epistêmicos e sob nuances múltiplas. As experiências permite-nos um envolvimento ativo para aperfeiçoarmos nossas (re) leituras que se imbricam na análise e na avaliação das políticas curriculares.